



REQUERIMENTO Nº /2026

<p>Despacho</p> <p>_____</p> <p>Sala das Sessões em, ____ / ____ / ____.</p> <p>_____</p> <p>PRESIDENTE</p>

REQUEIRO, na forma regimental, ouvido o Augusto Plenário, que o Poder Executivo informe a esta Casa de Leis sobre questões relativas a implementação do Programa IPTU Verde, Leis Municipais nº 8.482/2016 e nº 8.679/2018.

Considerando que a Lei nº 8.482/2016 criou o Programa IPTU Verde com o objetivo de incentivar ações de preservação e proteção do meio ambiente, por meio da concessão de desconto no IPTU aos contribuintes que adotem práticas sustentáveis; considerando também que a Lei nº 8.679/2018 ampliou esse programa, passando a incluir, entre outras medidas, o plantio de árvores nas calçadas dos imóveis e a implantação de calçadas ecológicas, além de alterar os percentuais de desconto previstos na legislação original;

Considerando, por fim, que, apesar de essas leis estarem em vigor há vários anos, não há informações claras nem ampla divulgação sobre sua regulamentação e aplicação prática, o que gera dúvidas quanto à efetiva concessão dos benefícios e à real implementação do Programa IPTU Verde no Município de Franca, solicito as seguintes informações:

- O Município de Franca já concedeu descontos de IPTU com fundamento no Programa IPTU Verde, considerando as disposições das duas leis em vigor?
- Qual órgão da Administração Municipal é responsável pela análise técnica, vistoria, deferimento e fiscalização dos pedidos de concessão do IPTU Verde, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 8.482/2016?
- Existe procedimento administrativo formalizado para requerimento do benefício?



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA
ESTADO DE SÃO PAULO
www.franca.sp.leg.br



Câmara Municipal, em 09 de fevereiro de 2026

Marília Martins
Vereadora

